



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

### SEÇÃO DE CONTABILIDADE

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, aproximadamente as dezoito horas e treze minutos nas dependências do salão de reuniões da Câmara Municipal de Pirassununga, ocorreu a Audiência Pública em atendimento ao que determina o artigo nono, parágrafo quarto da Lei de Responsabilidade Fiscal número cento e um, de quatro de maio do ano de dois mil, a Municipalidade passa a prestar contas da execução orçamentária referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e cinco. Iniciando os trabalhos da Audiência, com a abertura realizada pelo Presidente da Câmara, o Vereador Wallace Ananias de Freitas Bruno, após convidar os senhores vereadores presentes que ocupassem seus lugares, convidando para compor a mesa o Secretário Municipal de Finanças, Marco Antônio Alves de Souza Junior. o Presidente da Câmara, Vereador Wallace Ananias de Freitas Bruno, justificou a ausência do Vereador Aidano Aparecido de Souza - Dú da Farmácia, por questões pessoais. Assim, declarou aberta a Sessão desta Audiência Pública, promovida pela Prefeitura Municipal de Pirassununga, através da Secretaria Municipal de Finanças para apresentação e explanação da Gestão Fiscal do Município do Primeiro Quadrimestre do ano de dois mil e vinte e cinco, em atendimento ao parágrafo quarto, artigo nono da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar número cento e um do ano de dois mil. Registre-se que esta Audiência foi transmitida pelo sistema Camaranet no canal no Youtube, ficando mantido o acesso eletrônico através do WhatsApp, pelo telefone (19) 3561-2811 e, também, através do e-mail [audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br). Após as apresentações, o presidente passou a palavra ao Secretário Municipal de Finanças Marco, o qual agradeceu a presença de todos os presentes e que acompanham pela internet. Cumprindo as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, passasse a audiência pública do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e cinco, apresentando a fundamentação legal e as Pautas a serem discutidas, tais como:

1. Execução Orçamentária – Receitas e Despesas
2. Precatórios Pagos
3. Resultado Orçamentário – Superavit / Deficit
4. Disponibilidade de Caixa
5. Receita Corrente Líquida – RCL
6. Despesa com Pessoal
7. Aplicação no Ensino
8. Aplicação no FUNDEB
9. Aplicação na Saúde

Iniciou-se conforme a Pauta, explanando sobre a **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Prefeitura e SAEP), onde das RECEITAS ARRECADADAS, cuja Previsão Inicial (ANO) de R\$ 480.522,432,00 e que, até 30/04/2025, foi arrecadada, aproximadamente, R\$ 148.886.652,93, ou 30,98% do valor previsto. O Secretário alertou que, como se passaram 1/3 do ano, onde o primeiro trimestre é um pouco “mais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

forte” de arrecadação, em função do ICMS e IPTU, e tendo arrecadado menos de 1/3 do previsto, reforça uma previsão que vinha sendo feita de que os R\$ 480.522,432,00, podem não ser obtidos, em termos de arrecadação. Pontuou, também, que os R\$ 148.886.652,93, é a somatória. tanto da Prefeitura, quanto do SAEP. **PRECATÓRIOS:** Foram pagos de Pequeno Valor R\$ 1.114.491,51; Precatórios de Grande Valor R\$ 502.599,45; num TOTAL de R\$ 1.617.090,96 (até 30/04/2025). Passando para as Despesas Realizadas (Prefeitura e SAEP), até 30/04/2025, foram empenhadas o montante de R\$ 225.298.156,98. Foram Liquidadas R\$ 113.160.125,44 e pagas, até 30/04/2025, o montante de R\$ 107.021.406,33. Sobre o **RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**, destacou três possibilidades: Nulo, receita IGUAL despesa; superavitário, Receita MAIOR que Despesas; e Deficitário, Receita MENOR que Despesas. O primeiro quadrimestre, apresenta um SUPERÁVIT de R\$ 35.726,527,49. Quanto ao sistema Financeiro, pontuou que são registrados todos os ingressos e dispêndios, ou seja, arrecadação da receita e o pagamento da despesa orçamentária e extra orçamentária., onde os valores apurados em ganhos com aplicação financeira, ou excesso de arrecadação resultam em Superávit Financeiro, podendo ser aberto créditos suplementares especiais no exercício subsequente. Já sobre **DISPONIBILIDADE DE CAIXA**, em 30/04/2025, a Prefeitura registra um total de R\$ 67.061.376,97 e o SAEP de R\$ 8.703.197,06, o que gera o consolidado de R\$ 75.764.574,03. Detalhando a disponibilidade por fonte, o saldo da Prefeitura de R\$ 67.061.376,97, tem-se:

Fonte 01 (Recursos Próprios): R\$ 34.707.519,89,

Fonte 02 (Estado): R\$ 10.946.931,95;

Fonte 05 (União): R\$ 20.346.302,17;

Fonte 06 (Lei Complementar 151): R\$ 277.404,42;

Fonte 19 (Extraorçamentários): R\$ 783.218,54

**A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL** que é o Resultado da somatória dos últimos doze meses de arrecadação PREFEITURA e SAEP, de maio/2024 a abril/2025, apresentou um resultado de R\$ 408.993.219,86, conforme detalhamento mês a mês:

Receita Corrente Líquida - R\$ 408.993.219,86

Maio/2024 - R\$ 33.793.921,56

Junho/2024 - R\$ 30.448.193,76

Julho/2024 - R\$ 35.475.302,60

Agosto/2024 - R\$ 28.163.059,09

Setembro/2024 - R\$ 26.485.678,48

Outubro/2024 - R\$ 34.554.500,78



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

Novembro/2024 - R\$ 29.626.380,07

Dezembro/2024 - R\$ 41.904.190,31

Janeiro/2025 - R\$ 36.899.348,14

Fevereiro/2025 - R\$ 36.408.087,48

Março/2025 - R\$ 41.906.889,88

Abril/2025 - R\$ 33.327.667,71

O Secretário fez o registro e observou que alguns meses o resultado é mais forte, e que há uma tendência de arrecadação menor e equivalente para os próximos 8 meses. Em **APLICAÇÃO NO ENSINO** até 30/04/2025, sobre despesas, foram empenhadas R\$ 45.594.814,97 (43,15%), liquidadas R\$ 24.872.084,94 (23,54%), e pagas R\$ 23.669.195,59 (22,40%), onde a obrigatoriedade de 25% no ensino fundamental sobre a receita de R\$ 105.659.598,83, sendo, portanto, de R\$ 26.414.899,73. Sobre **DESPESA COM PESSOAL**, foi apresentado, à partir do resultado (RCL), os índices gastos com folha de pagamento, até 30/04/2025:

Valor RCL\* Ajustada para o cálculo - R\$ 408.024.735,86;

Despesa com Pessoal\* - R\$ 182.537.258,24 (44,74%);

+ Cota Variável – CISMETRO - R\$ 6.081,837,38 (46,23%);

Limite de Alerta (48,60%) - R\$ 198.300.021,62

Limite Prudencial (51,30%) - R\$ 209.316.689,49

Limite Máximo (54,00%) - R\$ 220.333.357,36

Para uma melhor explicação, o Secretário detalhou os dados, conforme a seguir:

**DESPESAS COM PESSOAL 2023 / 2024 e 2025**

1º Quadrimestre 2023:- 43,66%

2º Quadrimestre 2023:- 44,59%

3º Quadrimestre 2023:- 46,37%

1º Quadrimestre 2024:- 44,61%

1º Quadrimestre + CISMETRO - 47,27%

2º Quadrimestre 2024:- 44,52%

2º Quadrimestre + CISMETRO – 50,00%

3º Quadrimestre 2024:- 43,88%

3º Quadrimestre 2024 + CISMETRO – 51,19%

1º Quadrimestre 2025 + CISMETRO - 46,23%



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

### SEÇÃO DE CONTABILIDADE

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

O Secretário alertou que foram apresentadas as despesas COM e SEM o CISMETRO, o que leva à seguinte conclusão: Quando se considera apenas as despesas com pessoal, os percentuais, em comparação, alteram significativamente, uma vez que, quando é acrescentado o CISMETRO, já que segundo o entendimento do Tribunal de Contas, o gasto com a cota variável, ou seja, os médicos, também é classificado com despesas de pessoal, percebe-se um aumento nas cifras. Dando continuidade, o Secretário detalhou sobre **APLICAÇÃO NO FUNDEB**, tendo como Valor Recebido até 30/04/2025: R\$ 15.683.845,20, sendo: Despesas com Profissionais do Magistério (Liquidadas): R\$ 13.503.567,21, ou 86,10% (Obs. Aplicação mínima 70,00%), e demais despesas (Liquidadas): R\$ 0,00, totalizando 86,10%. Por fim, explanou sobre **APLICAÇÃO NA SAÚDE** (até 30/04/2025), conforme detalhamento:

Despesas empenhadas - R\$ 45.492.420,94 – 43,06%

Despesas liquidadas - R\$ 23.541.684,04 – 22,28%

Despesas Pagas - R\$ 22.860.098,97 – 21,64%

Aplicação Obrigatória: 15% sobre a Receita arrecadada de R\$ 105.659.598,93, ou R\$ 15.848.939,84. Após ter feito a apresentação, o Secretário Municipal de Finanças, colocou-se à disposição para possíveis esclarecimentos. O Presidente, Vereador Wallace, destacou que a palavra estava aberta aos Vereadores. A Vereadora Mirelle perguntou se o pagamento feito à LE CARD estava dentro dessas despesas? O Secretário disse que NÃO. Tal despesa não consta empenhada, nem liquidada. A Vereadora questionou como ela está sendo contabilizada? O Secretário disse que ainda não foi registrada e que aguardam parecer jurídico sobre a forma correta de registrá-la. Em novo questionamento, a Vereadora perguntou se esse dado constaria no Portal da Transparência? Até que seja empenhada e liquidada, não aparecerá no Portal, esclareceu o Secretário de Finanças. A Vereadora Mirelle perguntou como está sendo tratada a devolução desse dinheiro, se será esperada uma decisão jurídica, ou se há algum plano para que esse dinheiro volte aos cofres? O Secretário esclareceu que há, sim, plano de restituir aos cofres, tanto que há dois movimentos caminhando: Um jurídico e outro... (inaudível, por falha na transmissão), e à medida que tais fatos se concretizem, serão feitos os ajustes nos cofres e se houver desfecho diferente, será tratado na forma da decisão do desfecho. A palavra passou à Vereadora Luciana que questionou se o empenho do contrato com a LE CARD, sendo feito já no início do ano, para o ano todo, qual o motivo de não está sendo justificado, os meses de janeiro à maio? O Secretário esclareceu que o empenho e o pagamento do valor que foi destinado corretamente à LE CARD, está sim, contabilizado em todos os meses. Apenas, o pagamento fruto do golpe aguarda parecer jurídico, para o correto empenho e liquidação, por isso não há registro. Com a palavra, o Vereador Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos", perguntou de quanto foi o repasse dos recursos da conta decencial para a Educação, durante esses meses?



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

O Secretário Marco disse que não tinha tal informação, de imediato. Em continuação, o Vereador Carlinhos questionou qual o valor destinado à Educação, de Fonte 1? O Secretário mencionou que são os valores que constam do slide apresentado, o que atendeu ao questionamento do Vereador. Em seguida, ainda com a palavra, o Vereador questionou sobre o pagamento à LE CARD, se no dia 12 havia sido “desempenhado” para o pagamento do dia 17 e se houve autorização de alguém para o pagamento, mesmo que verbal? O Secretário esclareceu que, conforme já citado em oportunidades anteriores, não há como “desempenhar”, o que precisaria cancelar o empenho. Destacou que o empenho estava correto o que possibilitou o pagamento. Houve, também, comunicado formal e suficiente, via e-mail, oriundo da Gestora do Contrato, responsável por isso. Trata-se, portanto, de contrato fechado e pactuado, inclusive, por Ordenador de Despesa da Gestão anterior. Esclareceu, novamente, que o caso do golpe sofrido pela administração está aguardando parecer jurídico, para o correto empenho e liquidação. o Vereador Carlinhos, questionou se houve alguma manifestação verbal de alguém para o pagamento do dia 17, inclusive, através de C.I.? O Secretário de Finanças disse acreditar que sim, por contatos telefônicos ou por e-mail pedindo a liberação, para que o Servidor não fosse prejudicado por suspensão de saldos no Vale-Alimentação. A palavra foi passada à Vereadora Sandra Valéria Vadalá Müller - "Sandra Vadalá", que por sua vez, solicitou explicação de que quando foi identificado o golpe, de onde foram retirados os dois milhões e se tínhamos na conta? O Secretário de Finanças, esclareceu que o fluxo de caixa da Prefeitura, assim como todo o fluxo de caixa de uma organização, possui entradas e saída constantes, inclusive, detalhou que se olhássemos na apresentação, há um saldo de trinta e quatro milhões e setecentos mil, ou seja, existe um saldo para manutenção e que o mesmo oscila ao longo do mês, onde à medida que acontecem os pagamentos ele abaixa, e quando há novos recebimentos e repasses, aumenta, ou seja, havia saldo para o segundo pagamento de forma que não gerasse problemas com os servidores. Nesse momento, o Secretário pediu a oportunidade de destacar um ponto, e observou que o final desse primeiro quadrimestre, há um saldo total de sessenta e sete milhões. Assim, há um superávit de um milhão, em relação ao ano passado, fruto do ajuste fino que tem sido feito em, por exemplo, usar mais recursos da União e Estado, e usar menos de Fonte 1 e que na situação devida, havia saldo em caixa, o que permitiu o pagamento à LE CARD, sem que houvesse prejuízo ao servidor. Vereadora Sandra Valéria Vadalá Müller - "Sandra Vadalá", questionou se haverá prejuízo em relação aos futuros pagamentos? O Secretário de Finanças pontuou que dois milhões à menos é um prejuízo por natureza, mas que não isso não interrompeu qualquer pagamento sob essa justificativa, e que todos os compromissos foram honrados. Com a palavra, o Vereador Theo Santos de Souza, perguntou se dentro dos recursos de Fonte 1, é possível destacar o percentual oriundo do ISS? O Secretário fez questão de esclarecer que em Fonte 1, trata-se de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

### **SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

um saldo existente e não sobre arrecadação, mas que sim, ele teria essa informação de imediato: que no primeiro quadrimestre, houve uma arrecadação de oito milhões e novecentos mil, quase nove milhões, isso sem contar dívida ativa que, no caso, seria quase um milhão de ISS. Destacou que durante o ano foi arrecadado, aproximadamente, dez milhões de ISS. o Vereador Theo Santos de Souza, pontuou que fez essa colocação para alertar aos colegas sobre a Emenda Constitucional 132/23 que irá impactar diretamente no ISS dos municípios e que não haverá mais arrecadação, já que será direcionado à União e que irá encaminhar moção de repúdio, para que haja força dentre os representantes, Deputado Federais e Estaduais e solicitou reflexão de todos. O Secretário compartilhou um parecer mais pessoal e técnico: entende como um movimento onde o Governo Federal irá centralizar os recursos, sendo a distribuição de acordo com regras escolhidas, sendo, portanto, um grande problema. Por fim, corroborou com a preocupação do Vereador Theo. Com a palavra o Vereador Leandro Del Tedesco Oliveira Gigio – Gigio, perguntou quanto já foi aplicado no Ensino, até o momento? O Secretário alertou que tais informações já estão nos slides. Pediu novamente que fossem reproduzidos, e detalhou para nova visualização de todos. O Presidente, Vereador Wallace Ananias de Freitas Bruno, com a palavra, questionou sobre o dinheiro em caixa, quanto estaria realmente disponível para ser usado, “sobrando”? Novamente o Secretário fez o uso dos slides e pontou que o valor efetivamente disponível, depende de uma série de fatores em conjunto, e que há recursos que podem ser utilizados com maior flexibilidade. Seguindo a mesma óptica, sobre a questão da “sobra”, o Vereador Wallace, perguntou se há alguma dificuldade, por se tratar de um governo novo, novidade para o prefeito, a questão da manutenção de veículos ou compras emergenciais? E o que o Secretário entende disso, tendo o dinheiro e podendo fazer algo para amenizar a necessidade do serviço que tem de ser prestado à população? O Secretário esclareceu que o tema foge um pouco da área, mas no que se refere ao trâmite, a parte financeira é a ponta do iceberg e que o pagamento é feito após todo um processo é que esse mesmo trâmite não está sob os cuidados da Pasta de Finanças, mas o que ele tem sentido o enorme empenho das pastas, Obras por exemplo, mas que a manutenção não depende exclusivamente do saldo em conta, depende de todo um processo para que o município não sofra penalidades do Tribunal de Contas e órgãos fiscalizadores. Ou seja, é uma questão mais técnica do que financeira. O Vereador Wallace, solicitou que nas próximas apresentações tenha maiores detalhamentos sobre dos valores específicos distribuído nas pastas, para que seja possível uma visão mais ampla. O fato foi reforçado pelo Vereador Wellington Luis Cintra de Oliveira. O Secretário disse que tem esse controle e que tem sido feito um trabalho intenso em todas as áreas. ao Vereador Wellington Luis Cintra de Oliveira mostrou preocupação sobre a questão do 13º, sabendo que faltam dois milhões aos cofres, indagou sobre verbas da Educação e verba QESE. O Secretário esclareceu ao Vereador Wellington Luis



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

(19) 3565-8048

[Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br](mailto:Contabilidade3@pirassununga.sp.gov.br)

Cintra de Oliveira, que tem sido um trabalho intenso reduzir gastos em áreas-meio e destinar o máximo em áreas-fins, como saúde, educação, esporte e cultura e que de janeiro a abril de 2025 não houve repasse da verba QESE para Educação. Vereador Theo Santos de Souza, perguntou qual a diferença entre Liquidadas e Pagas? Pontuou o Secretário que liquidadas são despesas que já foram entregues e que a administração entende como certo o pagamento. Já o pago é quando há efetivamente, o movimento do saldo financeiro. O Vereador Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos", em novo questionamento, fez comentários sobre recursos da pasta de OBRAS que são utilizados em outras pastas e que isso deveria ser alvo de mudanças e se existe a intenção de se criar novo imposto para aumento de arrecadação. O Secretário esclareceu que, conforme já debatido em audiência recente, a prefeitura não tem mecanismos para criar imposto e que o aumento de arrecadação foi obtido pela eficiência e transparência na questão do IPTU, ou com trabalho atento e dedicado na dívida ativa o que por muito tempo não foi tratado de maneira correta e ideal. A partir desse momento, a palavra foi passada ao público presente, onde o Menor Sr. Manoel perguntou sobre o investimento no esporte no ano atual e para os próximos? Segundo o Sr. Manoel não há material, como bola de vôlei e de futebol. Alegou, também, que o Médici está com péssima iluminação. O Secretário agradeceu e pontuou que o fato foge da pasta de Finanças, mas que há trabalho sendo feito, onde a Prefeito em viagem à São Paulo, junto de vereadores, kits foram recebidos e que há processo em andamento sobre reforma no Centro. Assim sendo, o Presidente da Câmara, o Vereador Wallace Ananias de Freitas Bruno, não mais havendo o que a se tratar, encerrou a Audiência Pública agradecendo a presença de todos tanto presencialmente como através da internet. Sendo eu, Luiz Henrique dos Reis, Assessor da Secretaria Municipal de Finanças, redator desta Ata a finalizo e assino, lavrando-a.